PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS/SP

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 1/2023

PROCURADOR MUNICIPAL

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:

INSTITUTO CONSULPLAN

CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Por trás da máscara narcisista existe uma autoestima frágil e vulnerável

No campo da psicologia, o narcisismo foi descrito pela primeira vez por *Sigmund Freud*, no século XIX, e faz referência ao jovem e belo Narciso, personagem da mitologia grega que, em algumas narrativas, morre afogado depois de se apaixonar pela própria imagem refletida nas águas de um lago. Já do ponto de vista da psiquiatria, o transtorno de personalidade narcisista surge em 1980, sendo hoje uma categoria de patologias que integra o Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais (sigla em inglês: DSM).

A condição é caracterizada por um padrão de grandiosidade, necessidade constante de admiração e falta de empatia pelos outros. As pessoas afetadas por esse transtorno geralmente têm uma autoimagem inflada, acreditando serem únicas e superiores aos demais. Essa visão exagerada de si mesma é frequentemente acompanhada de uma busca implacável por reconhecimento e atenção, desconsiderando os sentimentos e necessidades alheias. “São indivíduos que repetidamente superestimam suas capacidades e exageram suas conquistas, tornando-se arrogantes e exploradores, acreditando estar acima do bem e do mal. Estão sempre almejando o topo, lugar para o qual se consideram predestinados”, resume a psiquiatra e psicanalista Gilda Paoliello.

“Biologicamente, essa patologia é descrita a partir de falhas de compreensão do que se passa na cabeça do outro. Estudos mostraram, por exemplo, que pessoas com personalidade narcisista, quando se percebem observadas pelo outro, têm ativação de áreas cerebrais que vão dizer a elas que estão sendo admiradas quando só estão sendo observadas. Logo, a pessoa acredita ser mais admirável do que é”, explica a psiquiatra Kelly Pereira Robis, professora do Departamento de Saúde Mental da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ela informa que fatores genéticos e vivências precoces, como traumas na infância, favorecem o desenvolvimento do distúrbio.

Estudos apontam que a prevalência do transtorno de personalidade narcisista pode variar consideravelmente. Nos Estados Unidos, estima-se que cerca de 6,2% da população em geral tenha esse transtorno ao longo da vida. É interessante notar que a condição é mais comum entre os homens do que entre as mulheres, embora a razão exata para essa diferença não esteja claramente estabelecida. Foi o que constatou, por exemplo, a pesquisadora Emily Grijalva, que publicou, em 2014, uma revisão científica, em que analisou estudos feitos ao longo de 31 anos. Alguns estudiosos sugerem que fatores sociais e culturais podem influenciar essa disparidade, mas mais investigações são necessárias para uma compreensão mais precisa.

Uma pessoa com transtorno de personalidade narcisista pode exibir uma variedade de características que podem ser percebidas como negativas em suas interações sociais. Além do senso inflado de importância pessoal e necessidade constante de admiração, esses indivíduos tendem a explorar os outros para atingir seus próprios objetivos. Eles podem se envolver em comportamentos manipulativos e exibir um alto grau de arrogância e vaidade. Vale ponderar que, apesar de sua aparente confiança, por trás dessa máscara narcisista existe uma autoestima frágil e vulnerável.

“O que percebemos é que, na verdade, esse traço muito exacerbado tenta esconder fragilidades. Ou seja, no fundo, o sujeito narcísico é inseguro e extremamente vulnerável a críticas, possuindo uma autoimagem tão frágil que necessita ser recriada em suas fantasias o tempo todo. Nessas fantasias, contudo, ele se perde, como Narciso se fundindo em sua própria imagem na água”, pontua Gilda Paoliello. Ela acrescenta que o narcisista é egossintônico. “Isso quer dizer que, enquanto suas defesas na fantasia funcionam bem, ele não sofre, mas, quando essas defesas são quebradas, ele se angustia muito, podendo, inclusive, caminhar para um autoextermínio”, expõe.

Em mais um sinal da fragilidade da própria autoestima, as pessoas com o diagnóstico tendem a ter grande dificuldade de lidar com críticas e rejeições, que podem desencadear respostas emocionais intensas e uma defesa exagerada de sua imagem idealizada. Essa fragilidade emocional muitas vezes leva a uma falta de habilidades interpessoais saudáveis, tornando os relacionamentos conturbados e superficiais. “Diante de críticas, esses pacientes se sentem profundamente desrespeitados e, geralmente, no lugar de corrigir o erro, passam a atacar o outro na tentativa de inferiorizá-lo”, aponta Kelly Pereira Robis.

O psiquiatra Bruno Brandão acrescenta que, ao contrário do que muitos pensam, indivíduos com traços do que popularmente chamamos de “psicopatia”, incluindo aqueles com transtorno de personalidade narcisista, têm, sim, empatia cognitiva, conseguindo perceber as emoções das outras pessoas. A questão é que esse grupo tende a usar essas informações para ganho próprio. Ele detalha que, na realidade, o que queremos dizer quando falamos que “psicopatas são incapazes de ser empáticos” é que eles não conseguem sentir o que o outro sente, ou seja, não têm empatia afetiva. Dessa forma, conseguem agir pensando apenas em si em uma grande variedade de situações, aproveitando-se das pessoas e das suas emoções sem nenhum remorso.

O transtorno de personalidade narcisista pode ter um impacto significativo na vida das pessoas afetadas, bem como nas vidas daqueles que estão ao seu redor. A busca incessante por admiração e atenção pode levar a comportamentos manipulativos e exploratórios, prejudicando relacionamentos pessoais, profissionais e familiares. A falta de compaixão e de consideração pelos sentimentos dos outros pode criar um ambiente tóxico e desequilibrado, causando conflitos e dificuldades de convivência. Além disso, a fragilidade da autoestima narcisista pode levar a um círculo vicioso de busca constante por validação externa. Essa

dependência de elogios e reconhecimento pode tornar as pessoas com transtorno de personalidade narcisista mais propensas a experimentar altos níveis de estresse, ansiedade e depressão quando não alcançam seus objetivos ou são confrontadas com críticas.

Embora seja um desafio tratar o transtorno de personalidade narcisista, existem possibilidades de intervenção e apoio. "O tratamento deve ser cuidadoso, delicado, possibilitando uma desconstrução do mito e, simultaneamente, uma construção da vida real", indica Gilda Paoliello. Entre as abordagens que podem ajudar as pessoas com o diagnóstico a explorar e compreender suas motivações e comportamentos, além de desenvolver habilidades emocionais e relacionais saudáveis, estão a terapia psicodinâmica e a terapia cognitivo-comportamental. O apoio da família e de amigos também desempenha um papel crucial nesse processo.

(Alex Bessas. Disponível em: https://www.otempo.com.br/. Acesso em: 14/12/2023.)

Questão 01

O autor se propõe a falar que o narcisista apresenta uma autoestima frágil e vulnerável. Para isso, a argumentação predominante em seu texto é

A) histórica.
B) de autoridade.
C) com base em prova concreta.
D) com base em exemplificações.

Questão 02

O texto, através de recursos linguísticos, introduz e retoma ideias. Com isso, o texto progride quanto à discussão temática. Assinale a alternativa cujo termo sublinhado retoma adequadamente o referente indicado.

A) "*Estão sempre almejando o topo, lugar para <u>o qual</u> se consideram predestinados", resume a psiquiatra e psicanalista Gilda Paoliello*." (2º§) – indivíduo.
B) *"<u>Ele</u> detalha que, na realidade, o que queremos dizer quando falamos que 'psicopatas são incapazes de ser empáticos'.* [...]" (8º§) – psiquiatra Bruno Brandão.
C) *'"Diante de críticas, esses pacientes se sentem profundamente desrespeitados e, geralmente, no lugar de corrigir o erro, passam a atacar o outro na tentativa de inferiorizá-<u>lo</u>', aponta Kelly Pereira Robis*." (7º§) – paciente.
D) "*Estudos mostraram, por exemplo, que pessoas com personalidade narcisista, quando se percebem observadas pelo outro, têm ativação de áreas cerebrais que vão dizer a <u>elas</u> que estão sendo admiradas quando só estão sendo observadas*." (3º§) – áreas cerebrais.

Questão 03

Sobre o trecho "*A falta de compaixão e de consideração pelos sentimentos dos outros pode criar um ambiente tóxico e desequilibrado, causando conflitos e dificuldades de convivência*." (9º§), assinale a afirmativa INCORRETA.

A) O verbo "poder" cumpre a função de verbo auxiliar.
B) O verbo "poder", nesse contexto, tem o significado de "ter possibilidade".
C) O núcleo do sujeito do período é "falta", o que determina a concordância verbal.
D) A concordância verbal deveria ser "podem criar" para concordar com o sujeito composto.

Questão 04

Assinale a alternativa cuja vírgula foi usada pelo mesmo motivo que em: "*No campo da psicologia, o narcisismo foi descrito pela primeira vez por Sigmund Freud* [...]" (1º§)

A) "[...] *eles não conseguem sentir o que o outro sente, ou seja, não têm empatia afetiva*." (8º§)
B) "*Estão sempre almejando o topo, lugar para o qual se consideram predestinados*", resume a psiquiatra e psicanalista Gilda Paoliello. (2º§)
C) "*Alguns estudiosos sugerem que fatores sociais e culturais podem influenciar essa disparidade, mas mais investigações são necessárias para uma compreensão mais precisa*." (4º§)
D) "[…] *que pessoas com personalidade narcisista, quando se percebem observadas pelo outro, têm ativação de áreas cerebrais que vão dizer a elas que estão sendo admiradas quando só estão sendo observadas*." (3º§)

Questão 05

Analise a concordância do termo "mesma" em: "*Essa visão exagerada de si mesma é frequentemente acompanhada de uma busca implacável por reconhecimento e atenção* [...]" (2º§). Assinale a alternativa em que o termo "mesmo" é invariável.

A) Ela fará mesmo o que prometeu.
B) O sobrinho tem o mesmo gosto de seu tio.
C) Após tanta demora, ele mesmo fez o pedido ao atendente.
D) Os mesmos colaboradores promovidos foram aqueles que se dedicaram.

Questão 06

A locução adverbial "além disso" se origina da junção da palavra "além" e da contração "disso". No seguinte fragmento "*Além disso, a fragilidade da autoestima narcisista pode levar a um círculo vicioso de busca constante por validação externa.*" (9º§), a locução "além disso" permite:

A) Acrescentar uma informação ao período inicial.
B) Introduzir uma contradição em relação ao que foi dito anteriormente.
C) Introduzir uma condição para que o que foi exposto anteriormente aconteça.
D) Introduzir uma conclusão em relação à ideia apresentada no período anterior.

Questão 07

"Ela informa que fatores genéticos e vivências precoces, como traumas na infância, favorecem o desenvolvimento do distúrbio." **(3º§) A oração sublinhada é classificada como oração subordinada substantiva**

A) subjetiva.
B) objetiva direta.
C) objetiva indireta.
D) completiva nominal.

Questão 08

Sobre a oração sublinhada em *"Alguns estudiosos sugerem que fatores sociais e culturais podem influenciar essa disparidade, mas mais investigações são necessárias para uma compreensão mais precisa."* (4º§), assinale a alternativa correta.

A) Se trata de uma oração coordenada assindética.
B) Se trata de uma oração coordenada e a conjunção que a introduz estabelece uma relação de adição.
C) Se trata de uma oração subordinada, pois estabelece uma relação de dependência em relação à oração anterior.
D) É uma oração independente que se inicia por uma conjunção que introduz uma ideia de contradição em relação à oração anterior.

Questão 09

O verbo sublinhado em "*No campo da psicologia, o narcisismo foi descrito pela primeira vez por Sigmund Freud, no século XIX, e faz referência ao jovem e belo Narciso,* [...]" (1º§) apresenta a seguinte regência:

A) Intransitivo.
B) Bitransitivo.
C) Transitivo direto.
D) Transitivo indireto.

Questão 10

Conforme a classe de palavras e a função sintática dos termos sublinhados em *"Isso quer dizer que, enquanto suas defesas na fantasia funcionam bem, ele não sofre, mas, quando essas defesas são quebradas, ele se angustia muito, podendo, inclusive, caminhar para um autoextermínio* [...]*",* (6º§) assinale a alternativa correta.

A) substantivo-sujeito e adjetivo-objeto direto.
B) pronome-sujeito e adjetivo-predicativo do sujeito.
C) pronome-objeto direto e substantivo-predicativo.
D) substantivo-complemento nominal e adjetivo-complemento verbal.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

No último congresso realizado em uma universidade, participaram 180 estudantes. De acordo com a programação foram ofertados três minicursos (I, II e III) em dias diferentes e cada minicurso contou com a mesma quantidade de estudantes. Sabe-se que nenhum estudante fez simultaneamente os minicursos I e III. O número de estudantes que fizeram simultaneamente os minicursos II e III é 20 e o número de estudantes que fizeram simultaneamente os minicursos I e II é 10. Se todos os estudantes participaram de pelo menos um minicurso, qual a quantidade de estudantes em cada minicurso?

A) 60.
B) 70.
C) 80.
D) 90.

Questão 12

No setor de processos de uma instituição, as audiências públicas ocorrem uma única vez por semana (entre segunda e sexta-feira). O número mínimo de audiências públicas que devem ocorrer, para que seja possível garantir que pelo menos 8 audiências públicas ocorreram em um mesmo dia da semana é:

A) 35.
B) 36.
C) 40.
D) 41.

Questão 13

Para averiguar como está o seu processo de aposentadoria, Roberto foi até uma repartição pública em um determinado dia. Ao chegar no local, os atendimentos ainda não haviam começado e ele está na 9ª posição da fila. Sabe-se que dois profissionais (A e B) atendem os clientes nessa repartição e os tempos de atendimento de cada cliente pelos profissionais A e B são, respectivamente, 2min15s e 4min10s. Se os atendimentos dos profissionais A e B começaram exatamente às 9 horas da manhã nesse dia, em quanto tempo depois Roberto será atendido e por qual profissional?

A) 11min15s e profissional A.
B) 11min15s e profissional B.
C) 13min30s e profissional A.
D) 13min30s e profissional B.

Questão 14

Reinaldo, Sandro e Túlio são primos e trabalham nas profissões de advogado, enfermeiro e radialista, mas não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que os três primos possuem quantidades de filhos distintas. Considere que as seguintes informações são verdadeiras:

- Reinaldo possui mais filhos que o enfermeiro;
- Sandro é advogado; e,
- Túlio não possui a menor quantidade de filhos.

Se cada primo trabalha em uma única profissão, é correto afirmar que:

A) Reinaldo é radialista.
B) Sandro possui mais filhos que Túlio.
C) Reinaldo possui menos filhos que Sandro.
D) O enfermeiro possui mais filhos que o radialista.

Questão 15

Ricardo fez um orçamento com dois pintores para pintar sua residência. O primeiro pintor promete finalizar o serviço em 10 dias e o segundo pintor, em 6 dias. Como Ricardo necessita da prestação desse serviço o mais rápido possível, decidiu contratar os dois pintores para que trabalhem juntos. Considere que ambos os pintores trabalham sempre em mesmo ritmo de produção. Assim, em quanto dias os pintores finalizarão o serviço?

A) 2,25.
B) 2,75.
C) 3,50.
D) 3,75.

ESTATUTO DOS SERVIDORES

Questão 16

Silvana é servidora pública municipal há vários anos, tendo sido aprovada em concurso público e adquirido a estabilidade no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais no ano de 2012. Posteriormente, submeteu-se a novo concurso público promovido pelo Município de Pitangueiras, visando ocupar o cargo de Auxiliar Administrativo. Tendo logrado aprovação neste novo concurso e tomado posse no cargo almejado, é correto afirmar que Silvana, de acordo com o Estatuto dos Servidores (Lei nº 1904/1997):

A) Não está sujeita a estágio probatório, tendo em vista que já é detentora do instituto da estabilidade no serviço público.
B) Caso não seja aprovada no estágio probatório para o cargo de Auxiliar Administrativo, será exonerada a bem do serviço público.
C) Por já ser servidora estável, será reconduzida ao cargo anteriormente ocupado, caso não seja aprovada no estágio probatório relativo ao cargo de Auxiliar Administrativo.
D) Está sujeita a estágio probatório pelo período de três meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados, dentre outros, os fatores de assiduidade e disciplina.

Questão 17

Joana sofreu limitação em sua capacidade física e mental verificada em inspeção médica, sendo investida em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com tal limitação. De acordo com o Estatuto dos Servidores de Pitangueiras, Joana passou por

A) reversão.
B) readaptação.
C) transferência.
D) aproveitamento.

Questão 18

Analise as seguintes informações contidas em processos administrativos em trâmite perante o Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pitangueiras.

I. Pedro, servidor estável, teve sua demissão invalidada por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens. Nesse caso, ocorreu a reintegração de Pedro.
II. No caso de reintegração de servidor, encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo ou, ainda, posto em disponibilidade.
III. Recondução é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I, apenas.
C) III, apenas.
D) I e II, apenas.

Questão 19

Carlos, servidor municipal de Pitangueiras, deseja tratar de assuntos particulares, mediante licença. Sobre o caso hipotético em apreço, de acordo com o Estatuto dos Servidores do Município, assinale a afirmativa correta.

A) Caso Carlos tenha tomado posse e tenha efetivo exercício de um ano no cargo, a concessão da licença pode ser deferida.
B) É possível a concessão de licença a Carlos, pelo prazo de até três anos consecutivos, mediante remuneração de vinte por cento de seu vencimento.
C) Não é possível a licença almejada por Carlos, tendo em vista que o Estatuto não permite afastamento para trato de assuntos exclusivamente particulares.
D) A licença pode ser concedida e somente poderá ser interrompida por determinação do Prefeito Municipal, a qualquer tempo, no interesse do serviço, vedada qualquer interrupção a pedido do servidor.

Questão 20

De acordo com o que dispõe o Estatuto dos Servidores (Lei nº 1904/1997), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.
( ) Pelo nascimento ou adoção de filhos, o servidor terá direito à licença paternidade de cinco dias consecutivos.
( ) O auxílio natalidade é devido à servidora por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente à menor referência salarial do serviço público municipal, inclusive no caso de natimorto.

A sequência está correta em

A) F, V, V.
B) V, V, V.
C) V, F, F.
D) F, V, F.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 21

Sobre a decisão coordenada no âmbito da Administração Pública Federal, conforme a Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida.
B) Aplica-se o instituto da decisão coordenada nos processos administrativos relacionados ao poder sancionador, de licitação ou em que estejam envolvidas autoridades de Poderes distintos.
C) A decisão coordenada obedecerá aos princípios da legalidade, da eficiência e da transparência, com utilização, sempre que necessário, da simplificação do procedimento e da concentração das instâncias decisórias.
D) As decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.

Questão 22

João, Secretário Municipal de Saúde, permitiu, culposamente, que seu vizinho, José, utilizasse um caminhão do Município, dirigido por um servidor público municipal, durante o horário de trabalho, para realizar o transporte de materiais de construção a uma propriedade rural que integra o patrimônio particular de Maria, esposa de José, resultando em efetiva perda patrimonial ao Município. Nessa situação hipotética, à luz da redação atual da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), que foi significativamente alterada pela Lei nº 14.230/2022, é correto afirmar que a conduta de João configura ato de improbidade administrativa?

A) Sim, configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
B) Sim, configura ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
C) Não, pois somente atos dolosos configuram improbidade administrativa e a conduta de João foi culposa.
D) Sim, configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.

Questão 23

De acordo com a Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, é correto afirmar que:

A) O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia.
B) É dispensável a licitação para a aquisição ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
C) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
D) Desde que previsto no edital, na fase de julgamento, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

Questão 24

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil sobre a competência dos Municípios para legislar, analise as afirmativas a seguir.

I. É inconstitucional lei municipal que proíbe a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos produtores de estampidos.
II. É inconstitucional lei municipal que proíbe a divulgação de material com referência a "ideologia de gênero" nas escolas municipais.
III. É constitucional lei municipal que estabelece que os supermercados e hipermercados do Município ficam obrigados a colocar à disposição dos consumidores pessoal suficiente no setor de caixas, de forma que a espera na fila para o atendimento seja de, no máximo, quinze minutos.
IV. É constitucional lei municipal que estabelece condições para a instalação de antenas transmissoras de telefonia celular, ao tratar de ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e III.
B) II e III.
C) II e IV.
D) II, III e IV.

Questão 25

O Decreto nº 6.017/2007 regulamenta a Lei nº 11.107/2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Nos termos do referido Decreto, o instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente da Federação, ou para com consórcio público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de cooperação federativa, é denominado

A) termo de parceria.
B) contrato de rateio.
C) contrato de gestão.
D) contrato de programa.

Questão 26

No que diz respeito às intervenções estatais na propriedade, a desapropriação figura como instrumento legítimo, desde que estejam presentes os requisitos normativos que a autorizam. Nesse sentido, são considerados casos de utilidade pública para fins desapropriatórios, EXCETO:

A) O funcionamento dos meios de transporte coletivo.
B) A construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e cemitérios.
C) A reedição ou divulgação de obra ou invento de natureza científica, artística ou literária.
D) A proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de reservas florestais.

Questão 27

Consoante doutrina especializada, a Hermenêutica Constitucional, que se destina à interpretação das normas fundamentais, possui métodos, princípios e limites próprios. Neste contexto, são métodos de interpretação das normas constitucionais, EXCETO:

A) Realista-Direto.
B) Científico-Espiritual.
C) Tópico-Problemático.
D) Normativo-Estruturante.

Questão 28

O Conselho Nacional de Justiça é um órgão do Poder Judiciário, nos termos do Art. 92 da Constituição Federal. Sobre o referido órgão, analise as afirmativas a seguir.

I. O Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
II. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
III. Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples do Senado Federal.
IV. Serão membros do Conselho o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Está correto o que se afirma apenas em

A) II.
B) I e II.
C) I e III.
D) II e IV.

Questão 29

Em uma região do Brasil, um município é abruptamente impactado por uma calamidade de grandes proporções na natureza, devido ao rompimento súbito de uma barragem de rejeitos minerais. O incidente resulta em uma devastação expressiva, com a inundação de áreas urbanas, causando perdas humanas e materiais significativas, além de danos ambientais inestimáveis. Em resposta à urgência da situação, o Presidente da República, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decreta estado de defesa para o referido município. O objetivo é preservar a ordem pública diante do caos instaurado, coordenar as operações de resgate e prover assistência às vítimas afetadas pelo desastre do rompimento da barragem. Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.

A) Se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado, extraordinariamente, no prazo de três dias.
B) O Congresso Nacional apreciará o decreto dentro de dez dias contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa.
C) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a quinze dias, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
D) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de quarenta e oito horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

Questão 30

De acordo com as normas constitucionais vigentes, detém legitimidade ativa para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

A) A Mesa do Congresso Nacional.
B) O Defensor Público-Geral Federal.
C) A Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
D) O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Questão 31

O crédito tributário é uma figura fundamental no direito tributário brasileiro, representando o montante devido pelo contribuinte em decorrência da ocorrência do fato gerador previsto na legislação tributária. Ele é o elemento que dá origem à obrigação tributária, que, por sua vez, consiste no dever de pagar o tributo. O entendimento do crédito tributário é essencial tanto para o Fisco quanto para os contribuintes, uma vez que envolve a determinação e a cobrança dos tributos. O cumprimento correto das obrigações tributárias, o conhecimento das regras de lançamento e a compreensão das formas de suspensão e extinção do crédito tributário são aspectos fundamentais para a regularidade fiscal e para a relação entre o Estado e os contribuintes. Assim, assinale a afirmativa correta.

A) A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito ativo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.
B) O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito ativo o direito de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.
C) Compete exclusivamente à autoridade administrativa municipal constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
D) Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Questão 32

A tomada de decisão apoiada representa um avanço no reconhecimento e garantia dos direitos das pessoas com deficiência, assegurando a preservação de sua autonomia e capacidade civil. Essa alternativa busca conciliar o apoio necessário para a tomada de decisões com o respeito à vontade e individualidade da pessoa apoiada, conferindo-lhe maior participação na vida civil e social. Assim, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos três pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.
( ) Para formular pedido de tomada de decisão apoiada, a pessoa com deficiência e os apoiadores devem apresentar termo em que constem os limites do apoio a ser oferecido e os compromissos dos apoiadores, inclusive o prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar.
( ) Antes de se pronunciar sobre o pedido de tomada de decisão apoiada, o juiz, assistido por equipe multidisciplinar, após oitiva do Ministério Público, poderá ouvir pessoalmente o requerente e as pessoas que lhe prestarão apoio.
( ) Se o apoiador agir com negligência, exercer pressão indevida ou não adimplir as obrigações assumidas, poderá a pessoa apoiada ou qualquer pessoa apresentar denúncia ao Ministério Público ou ao juiz.

A sequência está correta em

A) V, V, F, F.
B) F, V, F, V.
C) V, F, F, V.
D) V, V, F, V.

Questão 33

A Lei de Registros Públicos, Lei nº 6.015/1973, trata das normas referentes aos registros públicos no Brasil. Dentre as possibilidades contempladas por essa legislação, destacam-se os institutos da retificação, restauração e suprimento. Esses mecanismos visam corrigir ou regularizar informações constantes nos registros públicos, assegurando a exatidão e a legalidade desses documentos. O oficial retificará o registro, a averbação ou a anotação, de ofício ou a requerimento do interessado, mediante petição assinada pelo interessado, representante legal ou procurador, independentemente de prévia autorização judicial ou manifestação do Ministério Público, nos casos de:

A) Erros que exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção.
B) Exatidão da ordem cronológica e sucessiva referente à numeração do livro, da folha, da página, do termo, bem como da data do registro.
C) Nos casos em que a retificação decorra de erro imputável ao oficial, por si ou por seus prepostos, será devido pelos interessados o pagamento de selos e taxas.
D) Ausência de indicação do Município relativo ao nascimento ou naturalidade do registrado, nas hipóteses em que existir descrição precisa do endereço do local do nascimento.

Questão 34

O procedimento comum é uma das modalidades de procedimento previstas no Código de Processo Civil (CPC) brasileiro. Ele é aplicável quando não houver disposição específica para o caso em questão e é utilizado de forma geral para processar e julgar as demandas que tramitam perante o Poder Judiciário. O procedimento comum é regido pelos princípios da oralidade, publicidade, celeridade, economia processual e instrumentalidade das formas. A estrutura procedimental proporciona a efetividade do acesso à justiça e a realização dos direitos das partes envolvidas no processo civil brasileiro. Assim, assinale a afirmativa correta.

A) O documento particular admitido expressa ou tacitamente é indivisível, sendo vedado à parte que pretende utilizar-se dele aceitar os fatos que lhe são favoráveis e recusar os que são contrários ao seu interesse, salvo se provar que estes ocorreram.
B) Havendo alegação de competência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, preferencialmente por meio eletrônico.
C) Nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito.
D) Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, poderá ser admitida a cumulação se o autor empregar o procedimento comum, sem prejuízo do emprego das técnicas processuais diferenciadas previstas nos procedimentos especiais a que se sujeitam um ou mais pedidos cumulados, que não forem incompatíveis com as disposições sobre o procedimento comum.

Questão 35

A segurança e a medicina do trabalho são áreas essenciais para promover um ambiente laboral saudável e seguro, garantindo a proteção da saúde e a integridade física dos trabalhadores. Ambas visam prevenir acidentes, doenças ocupacionais e criar condições adequadas para o bem-estar no ambiente de trabalho. No Brasil, essas áreas são regulamentadas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Normas Regulamentadoras (NRs) e outras legislações pertinentes. A integração entre segurança e medicina do trabalho é fundamental para garantir um ambiente laboral seguro e saudável. A prevenção de acidentes, a promoção da saúde e o cumprimento das normas regulamentadoras contribuem não apenas para o bem-estar dos trabalhadores, mas também para a eficiência e produtividade das organizações. Empresas que investem em segurança e medicina do trabalho demonstram responsabilidade social e jurídica, além de contribuir para a qualidade de vida de seus colaboradores. Assim, assinale a afirmativa correta.

A) A interdição ou embargo deverão ser requeridos pelo serviço competente da Delegacia Regional do Trabalho e, ainda, por agente da inspeção do trabalho ou por entidade sindical.
B) O estabelecimento poderá iniciar suas atividades sem prévia inspeção e aprovação das respectivas instalações pela autoridade regional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho.
C) Da decisão do Delegado Regional do Trabalho poderão os interessados recorrer, no prazo de quinze dias, para o órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho, ao qual será facultado dar efeito suspensivo ao recurso.
D) Responderá por desobediência, além das medidas penais cabíveis, quem, após determinada a interdição ou embargo, ordenar ou permitir o funcionamento do estabelecimento ou de um dos seus setores, a utilização de máquina ou equipamento, ou o prosseguimento de obra, se, em consequência, resultarem danos a terceiros.

Questão 36

À luz dos entendimentos das Cortes Superiores sobre o direito processual civil, analise as afirmativas a seguir.

I. A respeito das condenações oriundas de relação jurídica não tributária, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o RE 870.947 (Tema nº 810/RG), o ministro Luiz Fux, declarou a constitucionalidade do Art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, concernente à fixação de juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança. O trânsito em julgado de sentença que tenha fixado percentual de juros moratórios não impede a observância de alteração legislativa futura. Inexiste ofensa à coisa julgada, uma vez não desconstituído o título judicial exequendo, mas apenas aplicada legislação superveniente cujos efeitos imediatos alcançam situações jurídicas pendentes, em consonância com o princípio *tempus regit actum.*

II. Não contraria o princípio da adstrição o deferimento de medida cautelar que diverge ou ultrapassa os limites do pedido formulado pela parte, se entender o magistrado que essa providência milita em favor da eficácia da tutela jurisdicional.

III. O magistrado pode corrigir de ofício, mesmo após o trânsito em julgado, erro material consistente no desacordo entre o dispositivo da sentença que julga procedente o pedido e a fundamentação no sentido da improcedência da ação.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I, apenas.
C) II, apenas.
D) II e III, apenas.

Questão 37

Com fulcro no que aduz a Constituição Federal de 1988 e o Código Tributário Nacional sobre o direito tributário e as espécies de tributo, assinale a afirmativa correta.

A) Tanto a multa quanto o tributo são espécies de receita derivada; no entanto, a multa é, por definição, sanção por um ato ilícito, ao passo que o tributo, excepcionalmente, possuirá finalidade sancionatória.
B) Em relação à repartição das receitas tributárias prevista na Constituição Federal de 1988, pertencem aos Estados 25% do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da sua competência residual.
C) Com previsão legal no Código Tributário Nacional, o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, de competência da União, também foi tratado no texto constitucional; quando recolhido na fonte (IRRF) por um Estado da Federação, a legislação determina que deve ser considerado como receita de competência do Estado.
D) Sujeito ativo da parafiscalidade é quem delega a capacidade de cobrar tributos. Por isso, essa sujeição ativa é exclusiva da entidade federativa competente para instituição do tributo delegado, devendo efetivar a delegação por meio de lei específica aprovada para essa finalidade. Denomina-se sujeito passivo da parafiscalidade o beneficiário da delegação, ou seja, a pessoa a quem é legalmente atribuída a capacidade de cobrar tributos. O sujeito passivo da parafiscalidade recebe o nome de entidade parafiscal.

Questão 38

Tendo como base, exclusivamente, as súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Para a concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa natural, basta a declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte ou por seu advogado, desde que munido de procuração com poderes específicos para esse fim.
( ) Tratando-se de pedido de pagamento de diferenças salariais decorrentes da inobservância dos critérios de promoção estabelecidos em Plano de Cargos e Salários criado pela empresa, a prescrição aplicável é a total, considerando que a lesão é sucessiva e se renova anualmente.
( ) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.
( ) É do empregado o ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS, pois o pagamento é fato extintivo do direito do autor.

A sequência está correta em

A) V, V, F, V.
B) F, F, V, F.
C) V, F, V, F.
D) F, V, F, V.

Questão 39

Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte concomitantemente estar assistida por sindicato da categoria profissional; comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário-mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família. Considerando o exposto, as afirmativas a seguir são hipóteses em que são devidos os honorários advocatícios, EXCETO:

A) Em ação rescisória no processo trabalhista.
B) Nas causas em que a Fazenda Pública for parte.
C) Nas decisões interlocutórias, que resolvem incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
D) Nas causas em que o ente sindical figure como substituto processual e nas lides que não derivem da relação de emprego.

Questão 40

Nos termos do Art. 947 do Código de Processo Civil, é admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos, bem como quando ocorrer relevante questão de direito a respeito da qual seja conveniente a prevenção ou a composição de divergência entre câmaras ou turmas do tribunal. No julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária poderá ser proposto pelo relator ou presidente, de ofício ou a requerimento da parte, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, na forma preconizada pelo Capítulo I-B do Título IX da Parte I do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça (RISTJ). A tal instituto jurídico dá-se o nome de:

A) Tema ou Recurso Repetitivo (RR).
B) Incidentes de Assunção de Competência (IAC).
C) Pedido de Uniformização de Intepretação de Lei (PUIL).
D) Suspensões em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (SIRDR).

ATENÇÃO

NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório, constituída de 1 (um) parecer jurídico relacionado à disciplina de Conhecimentos Específicos, dispostos no Anexo I do edital. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas e, ainda, ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo. Deverão ser observados os limites mínimos de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas; será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscrever em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado no edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Para efeito de pontuação serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	**14,00**
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	**6,00**
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OS ERROS TEXTUAIS OBEDECERÃO AOS CRITÉRIOS A SEGUIR:	
Número de erros	Pontuação
nenhum	6,00
de 1 a 3	5,00
de 4 a 10	4,00
de 11 a 15	3,00
de 16 a 20	2,00
de 21 a 30	1,00
acima de 30	0,00
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos. 2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

O Prefeito Municipal de Pitangueiras convoca o Procurador Municipal recém-empossado, para participar de uma reunião em seu gabinete. Nela fica definida a produção de um parecer jurídico acerca de Consórcios Públicos, tendo-se em vista a possibilidade de participação do Município em instituição similar.

Elabore um parecer jurídico sobre a possibilidade ou não de participação do Município em um consórcio. No parecer deve ser abordado o conceito do instituto, sua natureza jurídica, tipo(s) de personalidade jurídica que poderão ser adotadas, possibilidade de participação da União como consorciada com outros entes da Federação, o modo de criação do instituto, a responsabilidade do município pelas despesas do consórcio, principais normativos de regência.

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

INSTITUTO
CONSULPLAN

INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.

2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos. No caso do candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e ELIMINADO automaticamente do Concurso Público.

3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.

4. O caderno de provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível superior, médio técnico e médio e, ainda, 30 (trinta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível fundamental completo e incompleto; e, ainda, uma Prova Discursiva para os cargos de Procurador Municipal e Topógrafo.

5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva – Procurador Municipal e Topógrafo) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.

6. A prova terá duração de 3 (três) horas para todos os cargos, exceto para os cargos de Procurador Municipal e Topógrafo, que terão 4 (quatro) horas em virtude da realização de Prova Discursiva. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva – Procurador Municipal e Topógrafo).

7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva – Procurador Municipal e Topógrafo) devidamente assinados em local indicado.

8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.

10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.

11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.

- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento dos dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.